

PREFÁCIO DO 1º VOLUME DOS *PORTUGALIAE MONUMENTA AFRICANA*¹

Este prefácio estava pensado, falado, combinado, mas não ficou escrito. Seria um texto composto a quatro mãos, como Luís de Albuquerque gostava de fazer para apresentar projectos comuns e trabalhos colectivos. Era a partilha justa, o enriquecimento do texto criticado ao primeiro ensaio, a responsabilidade da afirmação antes de ser publicada. Tudo era posto à prova, sem defesas antepostas, mas com convicção. Era uma actividade lúdica em que ganhavam os dois parceiros, embora um deles fosse o mestre cuja modéstia lhe conferia mais autoridade. Habitualmente o acto de escrever é de preferência solitário, executado no singular, sem que isso seja consciencializado pelo sujeito. Agora, ao iniciar a escrita deste prefácio pensado a dois, sinto de forma inusitada a responsabilidade de estar só.

O longo processo, que conduziu à publicação deste primeiro volume dos *Portugaliae Monumenta Africana*, iniciou-se há cerca de 30 anos. Mais precisamente em 1963, quando o Almirante Avelino Teixeira da Mota, director do então Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga², programou a publicação de fontes primárias portuguesas da maior importância para a História de África. Tratava-se de textos manuscritos de grande extensão que precisavam ser devidamente anotados e apresentados em edições críticas. Viria a ser o caso da *Descrição da Serra Leoa* de André Donelha, publicada no ano de

¹ ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (eds). *Portugaliae monumenta africana*. Vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / INCM / Instituto de Investigação Científica Tropical. 1993. 496 p. (Instituto de Investigação Científica Tropical – Rua da Junqueira, n.º. 86 – 1.º, 1300-344 Lisboa, Portugal – <http://www.iiict.pt> / email: cesth@iiict.pt)

² O actual Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga (CEHCA) do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) começou por constituir, em 1958, a Secção de Cartografia Antiga do Centro de Documentação Ultramarina da então Junta de Investigações do Ultramar. Sucedeu-lhe o Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga em 1961, e o Centro do mesmo nome em 1973- A partir de 1985, fundindo-se com o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, adoptou a designação actual.

1977³. Este vasto projecto correspondia às mais recentes directivas para a História de África reconhecidas a nível internacional. A nova orientação fora enunciada na “declaração final e resoluções” da Third Conference on African History and Archaeology, organizada pela School of Oriental and African Studies, University of London e em que o distinto investigador estivera presente, em 1961.

Efectivamente, na “declaração final”, os participantes manifestaram a “esperança de que o centro de gravidade dos estudos de História de África se [deslocasse] de maneira cada vez mais marcada para o continente africano”. A História eurocêntrica da África e a História da Colonização precisavam ser substituídas ou complementadas pela História afrocêntrica, que iria evoluir para uma História global em que o continente africano tem hoje o seu lugar em paridade com as áreas tradicionalmente consideradas ponto de referência do historiador. Entre as condições reconhecidas como indispensáveis para viabilizar as directivas atrás expostas figurava aquela que viria a revelar-se decisiva para delinear a nova orientação das actividades do CEHCA. Tratava-se da recomendação expressa sobre: “a publicação de um Corpus de traduções anotadas dos principais textos em diversas línguas, cujo conhecimento é essencial para os estudantes e professores de História de África (particularmente antes do período colonial)”⁴.

Era do conhecimento dos historiadores bem informados, que, no referente à História dos povos africanos, as fontes portuguesas constituíam não só as mais antigas e mais vastas, mas frequentemente as únicas, sob o ponto de vista cronológico e geográfico. O meio universitário e o ambiente de outras instituições de cultura em Portugal não eram particularmente sensíveis às recentes preocupações da historiografia internacional relativas à África. O programa gizado por Teixeira da Mota era inovador, ambicioso e exigia a colaboração de especialistas, o que implicava custos e necessariamente um sólido suporte financeiro que ultrapassava as disponibilidades do Centro em pessoal

³ DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa, e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*, Coleção Memórias, n. 18 e 19 do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Edição do texto português, introdução, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota, notas e tradução francesa por Léon Bourdon, notas e tradução inglesa por Paul E. H. Hair, Lisboa, 1977.

362 ⁴ GRAY, Richard. “VI Report on the Conference”, *Journal of African History*, III, 2 (1962), p. 175-191.

e verbas. A oportunidade da iniciativa foi justificada, junto das instâncias superiores, pelo crescente interesse que então começava a verificar-se relativamente à História de África e também pelo valor singular das fontes escritas portuguesas. Estes textos deviam, antes de mais, ser trabalhados pelos historiadores portugueses e só depois publicados. Mas a edição de textos apresentados como simples “matéria-prima” em bruto para serem utilizados a nível internacional, não dignificava a historiografia portuguesa. Assim, junta de Investigações do Ultramar, actual IICT, particularmente vocacionada para atender à especificidade das áreas extra-europeias, empenhou-se em patrocinar e acarinhar, até hoje, um projecto que, embora atravessando períodos difíceis, evoluiu ao longo dos anos. Actualizou-se, acompanhando a proposição de novos objectivos, o equacionamento de outras questões, a abordagem renovada e a verdadeira ruptura epistemológica após a independência das colónias portuguesas em África.

No sentido de preparar a anotação dos textos tornou-se necessária a consulta de arquivos designadamente portugueses e espanhóis. Para tal foi constituído um grupo de trabalho que reuniu especialistas na área da pesquisa arquivística e investigadores. A direcção e coordenação esteve a cargo dos sucessivos directores do CEHCA: Avelino Teixeira da Mota até 1982, Luís de Albuquerque entre 1982 e 1987, Maria Emília Madeira Santos a partir de 1987. Em 1965 a equipa era formada pelos seguintes elementos: Alcino Silva, Emília Félix, Jorge Hugo Pires de Lima, Maria do Carmo Jasmim Pereira, Maria Emília Madeira Santos, Maria Francisca Oliveira Andrade, Maria José da Silva Leal, Maria Teresa Acabado e o investigador espanhol Juan Criado Plaza. O grupo levou a cabo a investigação sistemática dos temas que o estudo da História de África dialecticamente ia exigindo. Cronologicamente a pesquisa incidiu sobre documentação datada a partir do século XV tendo-se atingido, neste momento, a segunda metade do século XVII. Do ponto de vista geográfico, os critérios de selecção dos documentos começaram por se submeter às necessidades de anotação dos textos a editar relativos à Costa da Guiné. Rapidamente, porém, o âmbito da pesquisa se alargou a toda a África Ocidental contactada ou apenas conhecida pelos Portugueses.

Este trabalho incidiu principalmente nos seguintes arquivos e bibliotecas: Arquivo da Alfândega de Lisboa, Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo do Hospital de S. José, Arquivo de Protoco-

los (Sevilha), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo de Simancas, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Reservados). Dado que a maior parte dos elementos da equipa trabalhou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pode considerar-se hoje que a pesquisa foi aí sistemática e aprofundada, senão exaustiva. Nas outras instituições trabalharam menos elementos, durante menos tempo e em piores condições, pela deficiente organização arquivística dos núcleos ou colecções documentais. O levantamento mais aleatório e incompleto terá sido talvez o do Arquivo de Protocolos, visto que ficou, em parte, ao critério de quem o executou e foi suspenso por razões estranhas ao projecto. O material aqui recolhido, pela sua natureza, não pôde, obviamente, ser revisto.

Os condicionalismos da organização (ou não organização) dos arquivos através dos tempos reflectiam-se nos resultados da recolha e na sua ordenação. Por um lado não permitiram reconstruir a origem institucional dos documentos, o que determinou a aplicação do critério cronológico na pesquisa. Por outro lado, essa mesma pesquisa incidiu essencialmente na documentação administrativa, vinda das instituições do Estado, cuja própria organização original podia, de certo modo, ajudar o investigador a orientar-se na procura relativa a um tema ou a uma área geográfica.

Paralelamente montou-se um esquema de trabalho composto por várias fases coordenadas entre si. A sequência de tarefas inicia-se pela pesquisa arquivística a que se segue, materialmente, a microfilmagem dos textos. Através do microfilme obtido, são seleccionados os documentos para ampliação que por sua vez vão ser objecto, primeiro, de transcrição feita pelos paleógrafos arquivistas e, depois, de sumariação e determinação de descritores a cargo da investigadora do CEHCA. Os materiais assim obtidos resultam num elemento de trabalho executado com métodos de rigor e tanto quanto possível exaustivo de que se partiu para a presente edição.

O caminho, porém, foi longo e nunca constituiu rotina. Antes pelo contrário, ultrapassou em muito os objectivos iniciais. A execução do trabalho revelou-se dinâmica e viria a exigir uma reavaliação e reestruturação, dado que os resultados transbordavam o esquema inicial e se tornavam incontrolláveis.

364 O património conseguido e trabalhado intensa e ininterruptamente, ao longo dos anos, veio a constituir manancial demasiado vasto, informativo e

sugestivo para se limitar a ser utilizado na anotação de edições críticas. A partir dele, numa iniciativa não programada, mas irrecusável, começou afazer-se história dos povos africanos, no então Centro de Estudos de Cartografia Antiga. As novas questões, que a nível internacional se colocavam relativamente à História de África, encontravam respostas nos documentos que se iam ordenando nos ficheiros do Centro. A equipa integrou na sua dinâmica interna as perguntas e ela própria levantava outras, numa dialéctica fértil e exemplar. Para a renovação dos questionários contribuíram, além dos membros da equipa, Rui Cinatty, António Carreira, Paul Hair, Jean Boulègue, Jean Devisse, para só citar os mais próximos.

Em 1982, quando Luís de Albuquerque substituiu Teixeira da Mota na direcção do Centro, envidaram-se todos os esforços para que o precioso material, composto por milhares de fichas e transcrições paleográficas, fosse reintegrado, na totalidade, nas instalações do IICT, de onde saíra apenas para facilitar o acesso ao antigo director, que dedicava ao projecto muitas horas do seu merecido repouso. A obtenção deste desiderato era tanto mais justo quanto o IICT investira avultadas verbas e o grupo de trabalho empenhara o seu tempo, entusiasmo e perspectivas de realização profissional. Quando o CEHCA deu por terminada a tarefa de reintegrar os materiais, de modo a poderem funcionar em termos de instituição, pôs-se a questão de como continuar. Na década que se seguira ao 25 de Abril de 1974, os condicionalismos políticos da instituição e do País tinham-se alterado. As colónias portuguesas de África, sobre cujos territórios incidiam as nossas pesquisas, haviam passado a países independentes. É certo que as antigas potências colonialistas europeias não tinham deixado de fazer História de África, da Ásia ou da América. Mas os novos países estavam já a tomar nas próprias mãos a feitura das suas histórias nacionais. Era oportuno e justo que colaborássemos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, quer na preparação de quadros quer facultando-lhes as fontes primárias escritas referentes aos seus povos.

O primeiro país a prevalecer-se desta disponibilidade, generosamente facultada por Luís de Albuquerque, foi a República de Cabo Verde. A feitura da História Geral de Cabo Verde constitui um projecto pioneiro, inserido na cooperação entre Portugal e a República de Cabo Verde, cujo impulso decisivo se deveu à oportuna selecção de iniciativas por parte do Presidente do IICT, Prof. Doutor Joaquim Alberto da Cruz e Silva. Os governos dos dois países acorda-

ram num processo de execução confiado ao IICT e cometido ao Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, onde uma equipa mista iniciou os trabalhos no decorrer do ano de 1988. Daí resultaram, até hoje, um volume da *História Geral de Cabo Verde* e dois volumes do correspondente *Corpo Documental*.

Para que o património do CEHCA pudesse ser utilizável de forma sistemática impunha-se a sua publicação num corpo documental que, em data hoje impossível de determinar, passou a ser designado, nas muitas propostas e relatórios que antecederam o início dos trabalhos, por *Portugaliae Monumenta Africana*. Tratava-se de uma iniciativa arrojada que rapidamente se mostrou muito mais difícil e morosa do que poderia imaginar-se, quando se idealizou. Exigiu a programação de uma série de tarefas coordenadas que iam desde a revisão, reordenação, uniformização de todo o material, à sua informatização e publicação atempada. No sentido de efectivar um projecto desta dimensão o CEHCA-IICT estabeleceu contactos com a Companhia Portuguesa Rádio Marconi e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Por parte dos responsáveis das duas entidades, encontrámos a melhor compreensão e o maior interesse em participarem nesta iniciativa cultural, através de subsídios e prestação de serviços destinados quer ao trabalho de arquivistas especializadas quer à introdução do material em computador de forma a poder ser entregue na tipografia pronto a imprimir.

Entre os anos de 1989 e 1990 os trabalhos iniciaram-se, mercê da conjugação de boas vontades por parte das três instituições. Entretanto negociava-se um protocolo que viria a definir a participação de cada uma delas. A 1 de Julho de 1991, numa cerimónia que teve lugar na Casa dos Bicos, presidida pelo Senhor Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Prof. Dr. José Pedro Sucena Paiva, foi assinado um protocolo pelos três outorgantes: Prof. Dr. Joaquim Alberto Cruz e Silva, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, Dr. Gonçalo Manuel Bourbon Sequeira Braga, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, Dr. Vasco Graça Moura, Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Estava em marcha um projecto novo que iria prevalecer-se de todo um processo prévio e da experiência de uma equipa sensivelmente reduzida. Foram convidadas e aceitaram as pessoas vivas e disponíveis que desde o início tinham integrado o processo, como garantia da sua continuidade e renovação

esclarecida. Outros nomes se vieram juntar. Neste primeiro volume dos *Portugaliae Monumenta Africana* trabalharam com a modéstia e o orgulho de artesãos da História os seguintes companheiros de jornada: Luís de Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos, Maria Francisca de Oliveira Andrade, Maria José da Silva Leal, Maria Luísa Oliveira Esteves, Maria Teresa Barbosa Acabado, Paula Lomelino.

Decidiu-se que todo o material acumulado nos ficheiros do CEHCA e que constituísse fonte primária de informação, estivesse ou não publicado, seria considerado. Tal opção poderá aparentar uma duplicação de esforços, mas a dispersão dos textos, a raridade de algumas publicações ou a sua difícil acessibilidade, em especial aos colegas africanos, motivaram esta atitude. Também a convicção do interesse de um índice geral tornou aconselhável e até necessário este critério. Por sobre as transcrições paleográficas guardadas no CEHCA passara o tempo. Trabalhos executados por diferentes arquivistas, ao longo de quase meio século, em que os critérios, por consenso da equipa, se foram alterando, tornaram necessária a sua uniformização e actualização. A fotografia facilitava a revisão do texto transcrito. No entanto, sempre que foi necessário e possível recorreu-se novamente ao original e, quando o não foi, essa falta ficou devidamente assinalada em nota, assim como todas as situações consideradas anómalas. Podemos dizer que, por norma, se releeram todos os documentos, quer pela fotografia quer pelo original, num cotejo exaustivo até que a transcrição não levantasse suspeita ou até ao limite das hipóteses razoáveis. Escapam a esta metodologia os documentos do núcleo notarial do Arquivo de Protocolos em Sevilha. Não tendo sido revistos, as dúvidas que suscitam os seus extractos seriam suficientes para não os incluirmos. Porém o seu valor informativo é tal que optámos pela sua publicação⁵. A intenção de tornar mais acessível o conteúdo do documento a historiadores de línguas estrangeiras levou-nos a solicitar o contributo precioso de dois historiadores especialistas em História de África, para se ocuparem da tradução dos respectivos sumários. Este trabalho benemérito foi executado por Jean Boulègue, Professor da Universidade de Paris I Pantheon-Sorbonne (Português-Francês) e Paul Hair, Professor da Universidade de Liverpool (Português-Inglês).

⁵ Tivemos ocasião de comprovar a importância de poder utilizar, na História Geral de Cabo Verde, elementos sobre as etnias dos escravos exportados da Costa da Guiné, através de Cabo Verde, para Castela. Informação essa não existente na documentação portuguesa coeva.

Os historiadores e em especial os historiadores dos PALOP vão passar a dispor, sobre a sua mesa de trabalho, de um conjunto documental que nem sequer nos próprios arquivos de onde foi levantado lhes seria tão acessível. Na verdade, o historiador, ao servir-se do produto final generosamente posto ao seu alcance, não teve de percorrer o árduo caminho para ultrapassar obstáculos, comuns ao trabalho de pesquisa, tais como: a dispersão pelos vários núcleos dos diferentes arquivos, a localização dentro dos maços e dos códices e finalmente a leitura paleográfica que, em alguns casos, constitui uma verdadeira obra-prima de perícia, profundos conhecimentos da época e do tema e um culto pela perfeição que, à partida, assegura o rigor da informação e já envolve uma decisiva descodificação da fonte primária.

Se os *Portugaliae Monumenta Africana* puderem contribuir para o esclarecimento da História de África e para a sua integração correcta na História Global da Humanidade, todos os esforços terão valido a pena. Para os que tiveram a coragem de arrostar com as críticas que potencialmente são inerentes a esta aventura, tal será suficiente para que não esmoreçam na empresa começada.

Maria Emília Madeira Santos